

Avança acordo para dívida paulista

Publicado

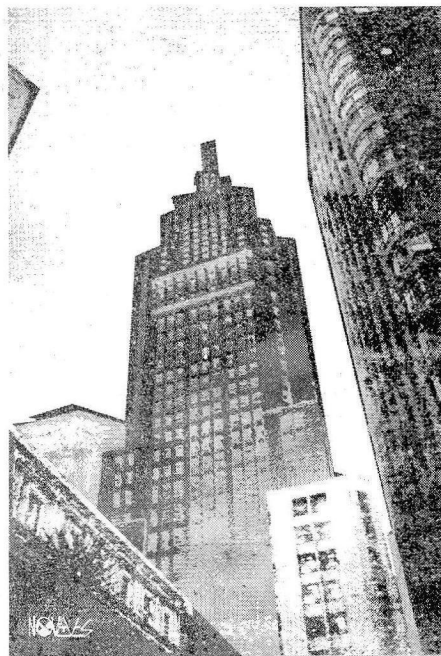
Negociação resolve pendências com Banespa, mas o Planalto deseja federalizar o banco

por Eliane Cantanhêde
de São Paulo

Valeu a pena para o governador Mário Covas esperar. O governo federal aceitou incluir o débito de São Paulo com o Banespa, de aproximadamente R\$ 19 bilhões, na renegociação global das dívidas estaduais. Vão ser aplicadas no pacote as mesmas condições usadas para outros estados: prazo de 30 anos, juros de 6% e pagamento de apenas 20% em ativos estaduais. São condições muito melhores do que as acertadas anteriormente, que não foram concretizadas por falta de aprovação no Senado.

Pelo novo acordo, por exemplo, o valor exigido em ativos para abater a dívida do estado com o banco deve continuar em torno dos mesmos R\$ 7 bilhões previstos na primeira negociação, apesar de a dívida com o Banespa ter aumentado, desde então, de R\$ 3 bilhões a R\$ 4 bilhões. A mágica foi possível com a redução do percentual aplicado para o cálculo de ativos que entram na operação.

A informação é de uma alta fonte da área econômica, garantindo que o anúncio oficial será feito no final deste mês ou no início do próximo, antes de vencer o segundo ano do Regime de Assistência Especial Temporária (RAET), a que o Banespa está submetido desde 31 de dezembro de 1994. As negociações estão muito avançadas e vêm sendo feitas diretamente entre o secretário-execu-



tivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, e o secretário da Fazenda de São Paulo, Yoshiaki Nakano.

Segundo a fonte, a solução para o Banespa acabou enveredando pelo caminho que o governador Mário Covas queria: foi incluída na renegociação global das dívidas do estado, que somam R\$ 19 bilhões para o Banespa, a mobiliária, de cerca de R\$ 11 bilhões, e os mais de R\$ 3 bilhões que São Paulo deve à sua outra instituição financeira, a Nossa Caixa.

Isso significa que o percentual exigido em ativo deixa de ser aplicado apenas sobre o débito com o Banespa e passa a ser sobre o global das dívidas esta-

duais – que, portanto, já passam dos R\$ 30 bilhões –, mas cai significativamente. Como o percentual original (derrubado pelo atraso do Senado) era de 50% sobre os então R\$ 15 bilhões devidos apenas ao Banespa, e agora será de 20% sobre o total dos débitos, pode haver até uma redução em termos reais. Era com isso que a equipe do governador vinha sonhando nos últimos dois meses, desde que começaram a ser anunciados os acordos com os demais estados, como Minas Gerais e São Paulo, por exemplo. Pelos cálculos preliminares, os ativos exigidos na atual negociação deverão somar em torno dos R\$ 7 bilhões.

A fonte econômica, entretanto, faz uma advertência: a expectativa do governo federal – e isso vale para o Ministério da Fazenda e para o Banco

Central – é de que o Banespa seja federalizado, para depois ser enfim privatizado. O argumento é o de que a renegociação das dívidas engloba os dois bancos estaduais e que as operações do estado podem se concentrar na Nossa Caixa.

O governo federal não concorda com a versão do governo Covas, dada publicamente por Nakano, de que 21 instituições já analisaram a situação do Banespa e afastaram qualquer possibilidade de adquiri-lo. Segundo as fontes econômicas de Brasília, “com certeza há bancos interessados na extensa rede de atuação do banco estadual paulista, é só querer”. Basta que o acordo do estado com o governo federal seja selado, o banco saneado e, o que é mais difícil, o governador Mário Covas obtenha o sinal verde da Assembleia Legislativa para vendê-lo à iniciativa privada.